

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0009265-50.2018.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
Requerente: **ELZA DIAS**  
Requerido: **CYBELAR COMÉCIO E INDUSTRIA LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou que em 26/05/2017 adquiriu da ré um conjunto de mesas e cadeiras, contratando ainda um seguro de garantia estendida por um ano.

Alegou ainda que nesse período o tampo de vidro da mesa adquirida apresentou vício, mas houve negativa em indenizá-la sob o argumento de que o contrato que lhe foi vendido pela ré somente incidia sobre as cadeiras excluindo-se a mesa, o que refutou ter sucedido.

As preliminares arguidas em contestação pela ré não merecem acolhimento.

Ela ostenta legitimidade para figurar no polo


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

passivo da relação processual.

Sua ligação com os fatos noticiados é evidente porque o seguro sobre o qual paira a controvérsia foi ajustado em suas dependências.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) denotam que em situações como a dos autos realmente a perspectiva de garantia estendida é aventada pelo próprio responsável que leva a cabo a venda.

Por fim, não se cogita do decurso da decadência para a propositura da ação na medida em que o objeto da causa não diz respeito ao tipo de vício que apresentou o produto de modo que o aprofundamento em torno disso, é despiciendo.

Não se vislumbra qualquer incúria de sua parte a recomendar a aplicação do art. 26, inc. II, do CDC.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

*“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.”* (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, sem embargo dos contratos de fls. 04/11 não cristalizarem o seguro de garantia estendida referido pela autora – com relação à mesa –, essa contratação não foi negada pela ré que, ao contrário, a admitiu.

De outro lado, de acordo com o relato exordial a garantia estendida contratada englobaria o conjunto de produtos adquiridos (mesas e cadeiras) que segundo a autora em conversa com o vendedor ressaltou que somente efetuaria a compra caso fosse realizado o seguro de garantia estendida para a mesa e o tampo de vidro, com o que o mesmo anui, tanto é que lhe vendeu o seguro como


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

solicitado.

A justificativa para a recusa à indenização residuiu que no contrato firmado pelas partes quando da compra dos produtos não incluiu a mesa adquirida pela autora.

O panorama traçado denota que a ré no mínimo inobservou um dos direitos básicos do consumidor previsto no art. 6º do CDC, qual seja o da *“informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”*.

Discorrendo sobre o tema, ensina **CLÁUDIA LIMA MARQUES**:

*“O direito à informação é corolário do princípio da confiança, pois o produto e serviço que informe seus riscos normais e esperados é um produto que desperta uma expectativa de um determinado grau esperando de 'segurança'. A utilidade do direito à informação inicia na efetividade do direito de escolha do consumidor (Art. 6, I), como causa inicial do contratar, e acompanha todo o processo obrigacional, na segurança esperada por este equilíbrio informado dos riscos e qualidades, até seu fim, que é satisfação das expectativas legítimas do consumir um produto ou serviço sem falhas de segurança (causa final)”* (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Revista dos Tribunais, 3ª edição, p. 250).

A informação, ademais, e nos termos de decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça, *“deve ser correta (=verdadeira), clara (=de fácil entendimento), precisa (=não prolixa ou escassa), ostensiva (=de fácil constatação ou percepção) e ... em língua portuguesa”* (REsp. 586.316/MG).

Ora, como já destacado nada há de concreto para sequer fazer supor que a ré esclareceu à autora com precisão as características do contrato de seguro que disponibilizou à autora, especialmente que ele não cobriria a mesa e o respectivo tampo de vidro, razão pela qual deve ser responsabilizada por sua conduta.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 429,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 14 de novembro de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**